

Título: DL 047-048-2023

Tipo: Dispensa – Art. 24, XI, Lei 8.666/93

Objeto: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de escada rolante para o Edifício Sede do Ministério da Economia/SP.

Processo: 10880.103386/2019-14

Anexo:

- DI 047-2023

- Formulário de demanda – 1 (SEI 5284710);
- Formulário de demanda – 2 (SEI 5610907);
- Termo de Referência (SEI 6744822);
- Autorização Contratação-Prorrogação - PRORROGAÇÃO MODULO (SEI 34872465);
- Declaração de Responsabilidade Fiscal (SEI 16733124);
- Publicação DOU (SEI 34904516);

- DI 048-2023

- Documento de Dispensa – SIASG (SEI 34909628);
- Despacho de homologação (SEI 34904741);
- Nota de empenho (SEI 34928843).

Serviços - Demanda - Consultar - Demandas Pendentes

[Início](#)[Cadastrar](#)[Tramitar](#)[Consultar](#)[Relatórios](#)[Autorizar](#)[Ajuda](#)

CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA

Registro: **47428/2019**

Data de Entrada: 27/11/2019

Documento: Outros

Procedência: SE - SPOA - SAMF/SP - EQENG - Equipe de Engenharia

Demandante: ALOISIO BATISTA DO NASCIMENTO

CPF: 06049574839

Telefone: 11 2113-2205

E-mail: aloisio.nascimento@fazenda.gov.br

Destinatário: SE - SPOA - SAMF/SP - EQENG - Equipe de Engenharia

Serviço: Manutenção

Situação: **Pendente =>** Prazo Restante 89 dia(s)

Prazo Estipulado: 90 dia(s)

Avaliação: **Demanda Pendente de Avaliação**

Sugestão/Opinião:

DESCRIÇÃO DO MATERIAL

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial com fornecimento de peças em 04 escadas rolantes instaladas no edifício - sede do Ministério da Economia em São Paulo, localizado na av. Prestes Maia, 733 – luz – São Paulo.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial para o correto funcionamento das escadas rolantes e a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

OBSERVAÇÃO

Esta demanda foi autorizada por **CELSO FERNANDES**

DADOS COMPLEMENTARES

Nome: Aloisio Batista do Nascimento

Telefone: 11 2113-2205

HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO

| Data | Hora | Situação | De | Para | Providência | Usuário |
|------------|-------|------------|-----------------|-----------------|-------------|---------|
| 27/11/2019 | 17:10 | Cadastrada | SAMF/SP - EQENG | SAMF/SP - EQENG | Analisar | ALOISIO |

Observação da tramitação:

<< Retornar

Imprimir

28/11/2019 - 14:58



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo
Divisão de Recursos Logísticos
Engenharia

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

| ÓRGÃO | |
|---|--------------------------------|
| Setor Requisitante (Unidade / Setor / Depto): | EQENG/DRL/SRA-SP |
| Responsável pela Demanda: | Celso Fernandes |
| Matrícula SIAPE: | 63178 |
| E-mail: | celso.fernandes@fazenda.gov.br |
| Telefone: | (11) 2113.2777 |

1. Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

Considerando que o quadro de servidores da SRA/SP compõe-se de servidores de carreira, com atribuições específicas previstas em lei, não existindo, portanto, na SRA /DRL/EQENG quadro funcional de servidores habilitados à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em escadas rolantes.

Considerando que o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia prevê que a execução dos serviços objeto desta contratação envolve a alocação de profissionais habilitados como engenheiro mecânico, eletricista ou operacional; de tecnólogo, modalidade mecânica; e de técnico de segundo grau, modalidade mecânica.

Justifica-se, então, a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA em prestação de **Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Emergencial** para o correto funcionamento das Escadas Rolantes do edifício da sede do Ministério da Economia em São Paulo, localizado na av. Prestes Maia, 733 – luz – São Paulo, para a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

2. Quantidade do serviço a ser contratada:

| Item | Descrição | Qtde. |
|------|---|-------|
| 1 | Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva com cobertura total de peças nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Fazenda, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP | 01 |

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/entrega dos bens:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual e sucessivo período até o limite de 60(sessenta) meses.

4. Local da prestação dos serviços/entrega dos bens:

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP

5. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:

Nome: Aloisio Batista do Nascimento _ **Siape:** 1700776

São Paulo, 17 de dezembro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

Celso Fernandes

Responsável pela Formalização da Demanda



Documento assinado eletronicamente por **Celso Fernandes, Responsável pelo Setor**, em 17/12/2019, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5610907** e o código CRC **FB5C9D75**.

Referência: Processo nº 10880.103386/2019-14.

SEI nº 5610907



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo
Divisão de Recursos Logísticos
Engenharia

TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO (SRA/SP)
PREGÃO Nº/2020
(Processo Administrativo nº 10880.103386/2019-14)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM ÚNICO | Descrição/Especificação | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Mensal Máximo Aceitável | Valor total máximo aceitável |
|---------------|--|----------------------|------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| | Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva com cobertura total de peças nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP | mês | 12 | R\$ 15.333,00 | R\$ 183.996,00 |

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuado de manutenção preventiva e corretiva com cobertura total de peças nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes.

1.3. O quantitativo do item é o discriminado na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, **Anexo I** desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Anexo I**, abrange a prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e emergencial com fornecimento total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, para o correto funcionamento das escadas rolantes e para a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços serão executados no Edifício Sede do Ministério da Economia, situado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz – São Paulo/SP.

5.1.2. A CONTRATADA deverá seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que rege os requisitos de segurança para construção e instalação de escadas rolantes e os requisitos para melhoria da segurança das escadas rolantes, NBR 10147 - Lei Federal 10.098.

5.1.3. Serviço continuado.

5.1.4. A contratada deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental disciplinados pela Instrução Normativa nº 1 de 19/01/2010, bem como Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;

5.1.5. Duração inicial do contrato 12 (doze) meses.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA FACULTATIVA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços especificados como "Edifício Sede do Ministério da Economia", no item 1 deste Termo de Referência, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 2113-2205 com Aloísio Nascimento.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O responsável pelo acompanhamento da prestação de serviço será o fiscal designado por portaria para verificação da consonância entre os serviços prestados e a CONTRATADA.

7.1.2. Todas os serviços serão solicitados por Ordem de Serviço.

7.1.3. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço (OS), serão desconsiderados para fins de pagamento.

7.1.4. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pela Fiscalização, de todas as etapas, e se for este o caso, a completa limpeza das áreas afetadas.

7.1.5. A execução dos serviços relativos a cada Ordem de Serviço poderá ser acompanhada por funcionário designado pela Fiscalização.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, na forma que segue:

7.3. Tempo de Atendimento:

7.3.1. A manutenção preventiva deverá ser efetuada durante o expediente normal de trabalho, ou seja, das 08h00 às 18h00.

7.3.1.1. Manutenção preventiva envolve todos os serviços necessários ao pleno funcionamento das escadas rolantes, e consiste no desempenho de atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-as em perfeitas condições de uso, compreendendo, neste caso, ajustes e reparos necessários, com fornecimento de todas as peças adequadas, acessórios, componentes e equipamentos em geral, inclusive com fornecimento de todo e qualquer material, mão de obra, ferramental e demais aparatos técnicos, como também prevenir a ocorrência, de quebras defeitos das escadas rolantes, mantendo-se em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive os dos fabricantes.

7.3.2. Manutenção corretiva dependendo do tipo e grau de complexidade, poderá ser classificada pela FISCALIZAÇÃO do Contrato como:

7.3.2.1. Simples: manutenção envolvendo serviços para substituir, reparar e instalar, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, removendo os eventuais defeitos apresentados nas escadas rolantes, colocando-os em perfeitas condições de uso, compreendendo, nesse caso, ajustes e reparos necessários à recolocação das escadas rolantes em condições normais de funcionamento, utilizando, em qualquer caso, peças originais.

7.3.2.2. Complexa: manutenção envolvendo serviços de maior grau de dificuldade tais como desmontagens mecânicas, remoção de peças para a oficina da CONTRATADA e substituição com fornecimento de placas e componentes elétrico-eletrônicos e outros.

7.3.2.3. A substituição das peças descritas nos itens acima não acarretará quaisquer custos adicionais à contratante.

7.3.3. A manutenção corretiva deverá ser efetuada mediante chamada, nas seguintes condições:

7.3.3.1. A contratada deverá fornecer e-mail, número de telefone fixo e móvel para atendimentos no horário normal de expediente, ou seja, 08:00hs às 18:00hs, para qualquer anormalidade verificada nas escadas rolantes.

7.3.3.2. A contratada deverá fornecer número de telefone fixo e móvel para chamados fora do expediente (plantão/emergência) de segunda a sexta-feira das 18:00hs às 24:00hs e das 00:00 às 08:00hs da manhã do dia seguinte, e para chamados no sábados, domingos e feriados, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

7.3.4. O prazo máximo de atendimento para qualquer chamada será de 1(uma) hora, podendo ser prorrogado por meio de justificativa técnica e desde que aceita pela fiscalização.

7.3.5. Em casos de acidentes ou de pessoas e/ou objetos presos, o atendimento será feito no prazo máximo de até 30 (trinta) minutos, em qualquer dia da semana e em qualquer horário diurno ou noturno.

7.3.6. Entende-se como chamadas emergenciais o atendimento acidentes ou de pessoas presas.

7.3.7. O prazo para qualquer tipo de atendimento passará a contar a partir da confirmação da chamada ou emissão de protocolo na Central de Atendimento, escritório, plantão de atendimento ou o local que a empresa informar.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. A execução dos serviços será acompanhada pela equipe de fiscalização, nomeada em portaria e composta por gestor e fiscal técnico.

8.2. A comunicação entre a Administração, a Equipe de Fiscalização e a Contratada poderá ocorrer por meios eletrônicos, telefone, ou pessoalmente, devendo ser registrado, em e-mail ou ata de reunião, os acordos e atos firmados entre as partes.

8.3. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas de acordo com o Anexo III deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 9.2. A empresa contratada fornecerá todos os materiais, equipamentos, material de limpeza, ferramentas, peças e componentes de reposição, e originais do fabricante dos equipamentos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes, sendo vedado o uso de peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão.
- 9.3. A exigência de peças e componentes de reposição novos e originais do fabricante dos equipamentos faz-se necessária, a fim de garantir a segurança do transporte de pessoas, a qual poderia ficar comprometida caso fosse permitida a substituição, quando necessário, de peças originais por peças "pseudo similares". Ressalte-se que a exigência de peças originais não caracteriza restrição à competição, pois empresas fabricantes das escadas rolantes disponibilizam comercialmente componentes e peças originais de reposição a todos os interessados, em cumprimento às Decisões nº 323/94-2ª Câmara-Ata nº 44/94 e nº 104/98-Plenário – Ata nº 09/98 – TCU.
- 9.4. A comprovação da procedência das peças a serem utilizadas na manutenção dar-se-á por meio de nota fiscal do fabricante.
- 9.5. No caso de materiais, equipamentos ou serviços cobertos por garantias de terceiros (fabricantes ou instaladores) a empresa contratada diligenciará para a pronta solução do problema, comunicando ao Ministério da Economia e acionando os responsáveis pela garantia.
- 9.6. Independentemente dos procedimentos indicados no item anterior, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela continuidade da operação e funcionamento dos equipamentos e instalações, sem ônus para o Ministério da Economia.
- 9.7. As características dos equipamentos estão descritas no **Anexo II** deste Termo de Referência

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objeto deste termo, serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos para o bom funcionamento das escadas rolantes.
- 10.1.2. É de responsabilidade da contratada os serviços técnicos de mão-de-obra para substituição ou reparo, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à colocação dos equipamentos em condições normais.
- 10.1.3. As rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva das escadas rolantes com cobertura total de peças estão descritas nos **Anexo III** deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas.
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo IV**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 15.17.1. As rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva das escadas rolantes com cobertura total de peças estão descritas nos **Anexo III** deste Termo de Referência.
- 15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo IV**, ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6 / 100}{365} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| Grau | Correspondência |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|------------------------------------|--|--|
| Item | Descrição | |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia; | |
| 7 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | |
| 8 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | |
| 9 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | |
| 10 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | |
| 11 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | |

- 20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil
- 20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.3.1. A Contratada deverá ter o registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade, uma vez que execução dos serviços objeto desta contratação envolve a alocação de profissionais habilitados como engenheiro mecânico, eletricista ou operacional; de tecnólogo, modalidade mecânica; e de técnico de segundo grau, modalidade mecânica.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor global do item para contrato de 12 meses é de R\$ 183.996,00 (cento e oitenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais).
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 183.996,00 (cento e oitenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais) para contrato de 12 meses.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- Gestão/Unidade:
- Fonte:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- PI:

24. ANEXOS:

- 24.1. Anexo I - Estudos Preliminares.
- 24.2. Anexo II - Quantitativo e Características das escadas rolantes.
- 24.3. Anexo III - Quadro de Rotinas de Manutenção Preventiva e Corretiva.
- 24.4. Anexo IV - IMR - Instrumento de Medição de Resultado.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS PRELIMINARES

SIGILO: () Sim (x) Não

| | |
|--|--|
| Unidades Atendidas pelo Estudo: | Equipe de Engenharia - Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo |
|--|--|

1. Necessidade da contratação:

Considerando que o quadro de servidores da SRA/SP compõe-se de servidores de carreira, com atribuições específicas previstas em lei, não existindo, portanto, no quadro funcional de servidores habilitados à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em escadas rolantes.

Justifica-se, então, a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA em prestação de **Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Emergencial**, com fornecimento total de peças, para o correto funcionamento das 4 (quatro) escadas rolantes do edifício da sede do Ministério da Economia em São Paulo, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz – São Paulo, para a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

Em virtude da utilização ostensiva das escadas rolantes, o emprego de serviços de manutenção de padrões mínimos de segurança na sua utilização, pressupõe a contínua aplicação de testes de segurança, a verificação dos componentes, sua limpeza e ajustes; a substituição de peças desgastadas pelo uso, dentre outras medidas.

A empresa a ser contratada para prestar os **Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Emergencial**, com fornecimento total de peças deverá observar as legislações vigentes, as normas do edital e contrato, e primordialmente, as normas técnicas inerentes à manutenção/conservação de escadas rolantes, os manuais do fabricante e demais esclarecimentos fornecidos pela administração.

A forma de aquisição estipulada se justifica ainda pela necessidade da continuidade dos serviços públicos, pois, com a eventual interrupção do funcionamento das escadas rolantes estará prejudicado o cumprimento do que preceitua a Lei de Acessibilidade dos Prédios Públicos.

A vida útil das escadas rolantes e de todas as peças relacionadas a esta estão diretamente ligadas à regularidade e à qualidade de uma manutenção preventiva, cujo maior objetivo é evitar problemas com os equipamentos, acarretando gastos maiores do que a própria manutenção e transtornos secundários que podem ser evitados. Há que se levar em consideração o fato de as peças terem um período de vida útil maior que a validade do contrato, o que faz com que a contratada prefira, em muitas ocasiões, recondicionar a peça ao invés de trocá-la por uma nova, o que deixa as escadas rolantes mais propensas a terem problemas.

2. Referência a instrumentos de planejamento da SRA, SPOA, ou Ministério da Economia:

A Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo - SRA/SP é órgão da área meio dentro da estrutura organizacional do Ministério da Economia no Estado de São Paulo, subordinada à Secretaria de Gestão Corporativa. A SRA/SP segue as diretrizes e objetivos do Planejamento Estratégico Geral do Ministério da Economia em nível nacional, portanto, fazem parte de um planejamento estratégico sistêmico e integrado da Economia. Esta contratação está alinhada ao objetivo estratégico no sentido de aumentar a eficiência e a eficácia na aquisição de materiais a serem necessários.

Normativos que disciplinam o certame: A CONTRATADA deverá seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT que rege os requisitos de segurança para construção e instalação de escadas rolantes e os requisitos para melhoria da segurança das escadas rolantes, NBR 10147 - Lei Federal 10.098.

Classificação da natureza dos serviços em cumprimento a Lei 12.527/2011, de 18.11.2011: Não se aplica.

3. Requisitos da contratação:

Natureza do objeto a ser contratado: O objeto é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º da Lei 10.024, de 2019 e trata-se de contratação de serviços de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra.

A Contratada deverá ter o registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade, uma vez que execução dos serviços objeto desta contratação envolve a alocação de profissionais habilitados como engenheiro mecânico, eletricitista ou operacional; de tecnólogo, modalidade mecânica; e de técnico de segundo grau, modalidade mecânica.

Com base na Lei 8.666/93 para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve exigir atestados referentes a sua capacitação técnica, com vistas à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Como trata-se de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento total de peças para o perfeito funcionamento das escadas rolantes, que transportam pessoas, e para que operem com segurança, confiabilidade, da certeza de estarmos contratando uma empresa que tenha capacidade técnica e com estrutura operacional para executar o serviço proposto pelo edital de forma satisfatória, de garantirmos o princípio da segurança jurídica para a administração.

Práticas de sustentabilidade: A contratada deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental disciplinados pela Instrução Normativa nº 1 de 19/01/2010, bem como Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

4. Estimativa de quantidades e memórias de cálculo:

Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva com cobertura total de peças nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP.

- 4 (quatro) escadas rolantes.
- Marca: ATLAS SCHINDLER.
- Largura 32".
- Inclinação de 30 graus.
- Desnível 4,5 metros.
- Velocidade 27 m/m.
- Modelo Convencional.

Atende: do 1º andar ao 3º andar.

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha da solução a contratar:

As empresas que prestam a manutenção corretiva, preventiva e emergencial fornecem também o material/peças.

6. Estimativas de preços ou preços referenciais:

| OBJETO | VIGÊNCIA |
|---|--|
| Serviços continuados de Manutenção Preventiva e Corretiva, <u>com cobertura de peças</u> , em 04 (quatro) Escadas Rolantes, instaladas no Edifício-Sede do Ministério da Economia em São Paulo, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz –São Paulo. | 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses. |

Foi utilizado média dos preços obtidos nas pesquisas com fornecedores.

Quanto à Pesquisa de Preços, esta foi realizada de acordo com a IN nº 5/2014, alterada pela IN nº 3/2017 e acredita-se que o valor de referência reflita o preço praticado.

7. Descrição da solução como um todo:

A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e emergencial, com fornecimento total de peças, para o correto funcionamento das escadas rolantes e a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

Prazo do contrato: o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a execução dos serviços será iniciada **a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual e sucessivo período até o limite de 60(sessenta) meses.

Local da prestação do serviço: Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP

Vistoria Facultativa: para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços. A vistoria no local permitirá um valor adequado aos serviços sem que haja um locupletamento, ressaltando que a própria disputa pelo objeto, entre as interessadas, conduzirá a uma avaliação mais precisa dos custos com redução do lucro pretendido e, por consequência, a uma economia para a administração.

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, objeto deste termo, serão prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos para o bom funcionamento das escadas rolantes.

É de responsabilidade da contratada os serviços técnicos de mão-de-obra para substituição ou reparo, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à colocação dos equipamentos em condições normais.

A empresa contratada fornecerá todos os materiais, equipamentos, material de limpeza, ferramentas, peças e componentes de reposição, e originais do fabricante dos equipamentos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes, sendo vedado o uso de peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão.

A exigência de peças e componentes de reposição novos e originais do fabricante dos equipamentos faz-se necessária, a fim de garantir a segurança do transporte de pessoas, a qual poderia ficar comprometida caso fosse permitida a substituição, quando necessário, de peças originais por peças “pseudo similares”. Ressalte-se que a exigência de peças originais não caracteriza restrição à competição, pois empresas fabricantes das escadas rolantes disponibilizam comercialmente componentes e peças originais de reposição a todos os interessados, em cumprimento às Decisões nº 323/94-2ª Câmara-Ata nº 44/94 e nº 104/98-Plenário – Ata nº 09/98 – TCU.

A comprovação da procedência das peças a serem utilizadas na manutenção dar-se-á por meio de nota fiscal do fabricante.

No caso de materiais, equipamentos ou serviços cobertos por garantias de terceiros, (fabricantes ou instaladores), a empresa contratada diligenciará para a pronta solução do problema, comunicando ao Ministério da Economia e acionando os responsáveis pela garantia.

Independentemente dos procedimentos indicados no item anterior, a CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela continuidade da operação e funcionamento dos equipamentos e instalações, sem ônus para o Ministério da Economia.

As características dos equipamentos estão descritas no **Anexo II** deste Termo de Referência.

As rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva das escadas rolantes com cobertura total de peças estão descritas nos **Anexo III** deste Termo de Referência.

Tempo de Atendimento:

A manutenção preventiva deverá ser efetuada durante o expediente normal de trabalho, ou seja, das 08h00 às 18h00.

Manutenção preventiva envolve todos os serviços necessários ao pleno funcionamento das escadas rolantes, e consiste no desempenho de atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-as em perfeitas condições de uso, compreendendo, neste caso, ajustes e reparos necessários, com fornecimento de todas as peças adequadas, acessórios, componentes e equipamentos em geral, inclusive com fornecimento de todo e qualquer material, mão de obra, ferramental e demais aparatos técnicos, como também prevenir a ocorrência, de quebras defeitos das escadas rolantes, mantendo-se em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive os dos fabricantes.

Manutenção corretiva dependendo do tipo e grau de complexidade, poderá ser classificada pela FISCALIZAÇÃO do Contrato como:

Simples: manutenção envolvendo serviços para substituir, reparar e instalar, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, removendo os eventuais defeitos apresentados nas escadas rolantes, colocando-os em perfeitas condições de uso, compreendendo, nesse caso, ajustes e reparos necessários à recolocação das escadas rolantes em condições normais de funcionamento, utilizando, em qualquer caso, peças originais.

Complexa: manutenção envolvendo serviços de maior grau de dificuldade tais como desmontagens mecânicas, remoção de peças para a oficina da CONTRATADA e substituição com fornecimento de placas e componentes elétrico-eletrônicos e outros.

A substituição das peças descritas nos itens acima não acarretará quaisquer custos adicionais à contratante.

A manutenção corretiva deverá ser efetuada mediante chamada, nas seguintes condições:

A contratada deverá fornecer e-mail, número de telefone fixo e móvel para atendimentos no horário normal de expediente, ou seja, 08:00hs às 18:00hs, para qualquer anormalidade verificada nas escadas rolantes.

A contratada deverá fornecer número de telefone fixo e móvel para chamados fora do expediente (plantão/emergência) de segunda a sexta-feira das 18:00hs às 24:00hs e 00:00 às 08:00hs da manhã do dia seguinte, e para chamados no sábados, domingos e feriados, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados.

O prazo máximo de atendimento para qualquer chamada será de 1(uma) hora, podendo ser prorrogado por meio de justificativa técnica e desde que aceita pela fiscalização.

Em casos de acidentes ou de pessoas e/ou objetos presos, o atendimento será feito no prazo máximo de até 30 (trinta) minutos, em qualquer dia da semana e em qualquer horário diurno ou noturno.

Entende-se como chamadas emergenciais o atendimento acidentes ou de pessoas presas.

O prazo para qualquer tipo de atendimento passará a contar a partir da confirmação da chamada ou emissão de protocolo na Central de Atendimento, escritório, plantão de atendimento ou o local que a empresa informar.

Prazos de recebimento: o recebimento provisório e o definitivo será de 10 (dez) dias cada.

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Quadro de Manutenção Preventiva e Corretiva.

Cabe ressaltar que a descrição das rotinas de manutenção preventiva e corretiva **não é exaustiva**, não exclui possíveis rotinas que não estejam contemplados e que são necessários para o bom funcionamento das escadas rolantes.

As rotinas mínimas de manutenção preventiva e corretiva das escadas rolantes com cobertura total de peças estão descritas nos **Anexo III** deste Termo de Referência.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução:

A contratação conjunta de serviços com cobertura total de peças objetiva melhorar a eficiência e economicidade nos atos administrativos. Com um único fornecedor, responsável pelo serviço e fornecimento com instalação das peças, a Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único mantenedor de toda a solução.

O objeto da contratação requer uma empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia.

Do ponto de vista de viabilidade técnica, é inviável realizar contratações separadas, ou seja, uma empresa presta o serviço e a outra fornece as peças e faz a instalação das mesmas. Isto compromete a execução do objeto e poderia provocar uma incerteza na imputação de responsabilidade/garantia. Os serviços estão inter-relacionados entre si, pois são compostos pelo fornecimento de peças dos equipamentos e devem ser instalados pela mesma empresa para garantia tanto dos serviços como das peças.

A separação do objeto em serviços e fornecimento de peças poderá acarretar inúmeros embaraços à administração para garantir a sintonia entre ambos os fluxos: necessidade de que os serviços não sejam interrompidos por eventuais desencontros ou conflitos com fornecedores de peças.

Ademais, a pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem o objeto proposto, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e emergencial com fornecimento total de peças permitirá o correto funcionamento das escadas rolantes e a segurança dos usuários (servidores e público em geral).

10. Providências para adequação ao ambiente do órgão:

Não há providências para adequação ao ambiente do órgão.

11. Contratações correlatas ou interdependentes:

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

12. Declaração de viabilidade ou não da solução:

Esta contratação é viável para a Administração Pública, pois visa a prevenção e zelo do funcionamento das escadas rolantes, garantindo a segurança dos servidores e público em geral.

Celso Fernandes e Aloisio Batista do Nascimento

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTITATIVO E CARACTERÍSTICAS DAS ESCADAS ROLANTES.

- 4 (quatro) escadas rolantes
- Marca: ATLAS SCHINDLER
- Largura 32”
- Inclinação de 30 degraus
- Desnível 4,5 metros
- Velocidade 27 m/m
- Modelo Convencional.
- Atende: 1º andar ao 3º andar

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUADRO DE ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

Cabe ressaltar que a descrição das rotinas de manutenção preventiva e corretiva **não é exaustiva**, não exclui possíveis rotinas que não estejam contemplados e que são necessários para o bom funcionamento das escadas rolantes.

| ROTINA MÍNIMAS DAS ESCADAS ROLANTES | PERIODICIDADE |
|--|----------------|
| Casa de Máquinas | |
| Varrer / limpar poço do patamar inferior/superior | Mensalmente |
| Motor | |
| Fazer a remoção da poeira do motor, verificar se há vazamentos. | Mensalmente |
| Inspecionar o motor de tração quanto à temperatura de funcionamento e ruído. (Estabelecer e submeter à aprovação do Ministério da Economia parâmetros de normalidade). | Mensalmente |
| Freios | |
| Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo. | Mensalmente |
| Lubrificar o conjunto de freios. | Mensalmente |
| Limpar as sapatas, removendo todo lubrificante excedente. | Mensalmente |
| Fazer teste de funcionalidade de freios de segurança, e limitadores de velocidade, bem como de todo dispositivo de segurança, com fornecimento de laudo. | Semestralmente |
| Armários de Comando | |
| Fazer a remoção de poeira nos quadros. | Mensalmente |
| Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos. | Mensalmente |
| Inspecionar e ajustar se necessário, os temporizadores, reles, chaves com mau contato e circuitos de proteção. | Mensalmente |
| Inspecionar os dispositivos de comando e botoeira de manutenção, chave Liga/Desliga, chave de partida. | Mensalmente |
| Eixo Sem Fim | |
| Inspecionar o eixo sem fim e o controlador de velocidade. | Mensalmente |
| Corrimãos | |
| Inspecionar a caixa de entrada e saída dos corrimãos e escova de segurança, verificar a situação que se encontram os corrimãos (cortes, lonas desfiando, bolhas, bordas rasgadas). | Mensalmente |
| Inspecionar e fazer testes no sistema de acionamento dos corrimãos | Mensalmente |
| Inspecionar e fazer testes se as entradas estão operando normalmente | Mensalmente |
| Fazer teste nos sistemas de acionamento dos corrimãos, no sincronismo entre corrimão e degraus, tensionamento e entradas dos corrimãos, curvas de roletes superior e inferior estão limpas e guias | Mensalmente |
| Soleiras, Degraus e Rodapés | |
| Fazer a remoção do lixo acumulado em toda as soleiras, degraus e nos rodapés. | Mensalmente |
| Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando da movimentação das escadas. | Mensalmente |
| Inspecionar e fazer testes nos pentes de todas soleiras se estão bem fixadas. | Mensalmente |
| Inspecionar e fazer testes se não existem mais que 02(dois) dentes quebrados | Mensalmente |
| Inspecionar e fazer testes se existem folga no iniciador de degraus; e entre degraus/varão; e folga entre degraus/rodapés. | Mensalmente |
| Inspecionar se os degraus estão centralizados, placas pentes, folga no iniciador de degrau, e outros. | Mensalmente |
| Proceder à limpeza geral das barras articulares, lubrificando-as. | Mensalmente |
| Fazer testes se os rodapés estão bem fixados, alinhados | Mensalmente |

| | |
|--|-------------|
| Correntes | |
| Verificar estado das correntes (principal, secundária e dos degraus) | Mensalmente |
| Verificar ajustes e lubrificação das correntes (principal, secundária e dos degraus) | Mensalmente |
| Verificar o nível de óleo do redutor; e nível do funcionamento da bomba de lubrificação. | Mensalmente |
| Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento. | Mensalmente |
| Comando e Botoeiras de Manutenção | |
| Verificar o funcionamento da chave de partida – Sobe/Desce | Mensalmente |
| Verificar o funcionamento da chave Liga/Desliga | Mensalmente |
| Verificar o funcionamento da botoeira de inspeção (Subida/Descida/Stop) | Mensalmente |
| Dispositivo de Sinalização | |
| Verificar o funcionamento da iluminação dos degraus, placa pente (balastrada) e rodapés | Mensalmente |
| Verificar acabamentos de iluminações dos degraus, placa pente (balastrada) e rodapés | Mensalmente |
| Verificar o funcionamento dos semáforos dos patamares | Mensalmente |
| Verificar as sinalizações de sinais de alerta, se estão corretos | Mensalmente |
| Dispositivos de Segurança | |
| Fazer testes de funcionamento de todos dispositivos de segurança | Mensalmente |

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

| | |
|--|---|
| Indicador 1 | |
| Nome do Indicador: Atendimento do prazo de execução do serviço (item 7.3 do Termo de Referência) | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | Verificar se o prazo de atendimento está sendo cumprido. |
| Meta a cumprir | 100% (cem) por cento. |
| Instrumento de medição | Verificar as ocorrências não atendidas no prazo. |
| Forma de acompanhamento | Ordem de Serviço. |
| Periodicidade | Mensal. |
| Mecanismo de Cálculo | Quantidade mensal de atendimentos fora do prazo / Quantidade mensal de atendimentos realizados |
| Faixa de ajuste no pagamento | Faixa 1: 95% a 100% do atendimento no prazo = Pagamento de 100% da fatura. Faixa 2: de 94% a 90% do atendimento no prazo = Pagamento de 90% da fatura. |
| Início de Vigência | Data de início da prestação de serviço e da emissão da OS |
| Sanções | As previstas no item 20 do Termo de Referência |

São Paulo, 02 de março de 2020.

Documento assinado eletronicamente

Celso Fernandes - Responsável pela Equipe de Engenharia - EQENG/DRL/SRA-SP.

Aline Ferreira Cajuhi - Responsável pela Equipe de Compras - EQCOP/SISUP/DRL/SRA-SP

Margarete Pereira - Chefe de Suprimentos - SISUP/DRL/SRA-SP

Edson Carlos Oda dos Santos - Gerente da Divisão de Recursos Logísticos - DRL/SRA-SP

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos do Art. 9º, parágrafo 2º do Decreto nº 5.450 de 2005 e **autorizo** a abertura do processo licitatório conforme Art. 8º do Decreto nº 5.450/05.

Donizeti de Carvalho Rosa – Superintendente da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia em São Paulo – SRA-SP



Documento assinado eletronicamente por **Aline Ferreira Cajuhi, Responsável pelo Setor**, em 02/03/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Oda dos Santos, Gerente de Recursos Logísticos**, em 02/03/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Pereira, Chefe de Serviço de Suprimentos**, em 03/03/2020, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Donizeti de Carvalho Rosa, Superintendente de Administração**, em 03/03/2020, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Fernandes, Responsável pelo Setor**, em 04/03/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6744822** e o código CRC **8F5B2577**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Outubro/2019

Referência: Processo nº 10880.103386/2019-14.

SEI nº 6744822



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Superintendência Regional de Administração em São Paulo
Divisão de Recursos Logísticos
Serviço de Suprimentos
Contratos

AUTORIZAÇÃO - CONTRATAÇÃO/PRORROGAÇÃO

Decreto nº 10.193, de 27 de Dezembro de 2019, e pela Portaria nº 406, de 8 de dezembro de 2020

| | | | |
|---|---------------------------------------|------------------------|--|
| 1. Autorização para: <i>(assinalar a opção correspondente ao pedido)</i> | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Prorrogação | | | |
| <input type="checkbox"/> Contratação | | | |
| 2. Unidade Gestora Contratante: <i>(nome, sigla e CNPJ)</i> | | | |
| Superintendência Regional de Administração em São Paulo - SRA/SP - CNPJ 00.394.460/0024-38 | | | |
| 3. Identificação do Demandante: <i>(nome, sigla e CNPJ)</i> | | | |
| Superintendência Regional de Administração em São Paulo - SRA/SP - CNPJ 00.394.460/0024-38 | | | |
| 4. Número do Processo: | | | |
| 10880.103386/2019-14 | | | |
| 5. Número do Contrato: | | | |
| 126/2020 | | | |
| 6. Data de Início de Vigência do Contrato: <i>(preencher somente no caso de pedido de prorrogação)</i> | | | |
| 19/06/2020 | | | |
| 7. Objeto do Contrato: <i>(no caso de pedido de prorrogação, informar o nome e CNPJ da empresa contratada)</i> | | | |
| Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP. | | | |
| 8. Período de Vigência Pretendido: <i>(preencher somente nos casos de pedido de prorrogação de contratos, locações ou nova contratação de serviços contínuos)</i> | | | |
| 8.1 Data de início: | 19/06/2021 | | |
| 8.2 Data de término: | 18/06/2022 | | |
| 9. Valor: <i>(preencher tabela abaixo com os órgãos beneficiados, valores em R\$ e a variação - percentual positiva ou negativa)</i> | | | |
| 9.1 Órgão Demandante | 9.2 Valor da Contratação Anterior (A) | 9.3 Valor Proposto (B) | 9.4 Variação (%) Fórmula: B/A-1*100 |
| SRA/SP | R\$ 60.900,00 | R\$ 60.900,00 | - |
| 9.5 Valor a ser AUTORIZADO pela autoridade competente | R\$ 60.900,00 | R\$ 60.900,00 | - |
| 9.6 Valor Total | R\$ 60.900,00 | R\$ 60.900,00 | - |
| 10. Despacho da Autoridade: | | | |
| 10.1 Em vista da necessidade apresentada, autorizo o objeto da demanda descrita no item VII supramencionado, na parte que diz respeito ao (s) órgão (s) com subordinação administrativa ao Ministro da Fazenda, ressaltando que, nos termos do caput do Art. 4º da Portaria MP nº 249, de 13 de junho de 2012 (DOU de 14/06/2012), a presente autorização “ <i>constitui ato de governança das contratações estritamente relacionado a uma avaliação sobre a conveniência da despesa pública, não envolvendo a análise técnica e jurídica do procedimento, (...) nem implicando ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação</i> ”. Sem prejuízo, condiciona-se esta autorização a que o gestor contratual observe as orientações do Órgão Jurídico competente para examinar a presente contratação, toda a legislação pátria atinente à matéria e às orientações dos órgãos de controle aplicáveis. | | | |
| 10.2 Restitua-se o presente despacho à unidade contratante. Junte-se aos autos do processo de contratação. | | | |

São Paulo, 26 de maio de 2021.

Documento assinado eletronicamente

DONIZETI DE CARVALHO ROSA

Superintendente - SRA/SP



Documento assinado eletronicamente por **Donizeti de Carvalho Rosa**, Superintendente de Administração, em 26/05/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16051064** e o código CRC **26B43F18**.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. Autorização para: assinalar a opção correspondente ao pedido em questão, marcando com um “X” em Contratação, caso a necessidade seja de autorização para realização de novo contrato ou em Prorrogação, caso seja de prorrogação de contrato existente.
2. Unidade Gestora Contratante: informar o nome, a sigla e o CNPJ da Unidade Gestora Contratante.
3. Identificação do Demandante: informar o nome do Demandante (interessado), sigla, CNPJ, ou seja, os dados a quem se destina a Contratação ou Prorrogação.
4. Número do Processo: informar o número de identificação do processo.
5. Número do Contrato: informar o número do Contrato e ano (preencher somente no caso de pedido de prorrogação).
6. Data de Início de Vigência do Contrato: informar a data de início da vigência do contrato (preencher somente no caso de pedido de prorrogação).
7. Objeto do Contrato: transcrever, tal qual no Edital ou Contrato, o objeto do Contrato. No caso de pedido de prorrogação, informar o nome e CNPJ da empresa contratada.
8. Período de Vigência Pretendido: preencher somente nos casos de pedido de prorrogação de contratos, locações ou nova contratação de serviços contínuos.
 - 8.1 Data de Início: informar a data do início da vigência para o período referente ao pedido de autorização.
 - 8.2 Data de Término: informar a data do término da vigência para o período referente ao pedido de autorização.
9. Valor: preencher tabela com os órgãos beneficiados, valores em R\$ e a variação – percentual positiva ou negativa. Inserir ainda os valores da contratação anterior, do contrato proposto e da variação percentual na totalidade, indicando os valores dos órgãos fazendários e não fazendários, quando for o caso. Ainda, destacar a projeção do valor executado na contratação vigente e a ser autorizado pela autoridade competente.
10. Despacho da Autoridade: texto padrão - não deve ser alterado.

Referência: Processo nº 10880.103386/2019-14.

SEI nº 16051064



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Superintendência Regional de Administração em São Paulo
Divisão de Recursos Logísticos
Serviço de Suprimentos
Contratos

DECLARAÇÃO

PROCESSO nº: 10880.103386/2019-14

INTERESSADO: **ELEVADORES VILLARTA LTDA.**

ASSUNTO: Reajuste Contratual

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os efeitos do Inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, publicada no DOU, de 05.05.2000, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo que os recursos para fazer frente as despesas da SRA-SP foram devidamente confirmados, de acordo com informação constante nos documentos SEI 16725810.

São Paulo, 28 de maio de 2021.

Documento assinado eletronicamente

DONIZETI DE CARVALHO ROSA

Superintendente – SRA/SP



Documento assinado eletronicamente por **Donizeti de Carvalho Rosa, Superintendente de Administração**, em 28/06/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16733124** e o código CRC **0C9E700D**.

Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

Divulgação de Compras

Ministério da
Economia

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: Produção

Alterar Item da Dispensa

16/06/2023 10:47:26

Pedido de Cotação Eletrônica



O Item de Dispensa foi alterado.

Órgão

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00048/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

XI

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Quantidade de Itens

Total de Itens Incluídos

1

1

Item

Pesquisa Catálogo

Nº do Item * Tipo de Item * Código do Item * Descrição do Item

1

Serviço

16691

Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

1180 Caracteres Disponíveis

☐ Item Sustentável ⓘ

* Quantidade

Valor Total (R\$)

1

Fornecedor

Marca

Fabricante

Tipo Fornecedor

CPF/CNPJ

Nome/Razão Social

Salvar Item

Adicionar Item

Excluir Item

Inconsistências do Item

- Informe pelo menos uma pesquisa de preço de mercado.
- A Pesquisa de Preço de Mercado deve ser finalizada.

Item Anterior

Ir para o Item: 1 Ir

Próximo Item

Dispensa

Itens

Pesquisa de Preço de Mercado

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

Divulgação de Compras

Ministério da
Economia

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar Item da Dispensa

16/06/2023 10:48:42

Pedido de Cotação Eletrônica



A Pesquisa de Mercado foi finalizada.

Órgão

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00048/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

XI

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Quantidade de Itens

Total de Itens Incluídos

1

1

Item

Pesquisa Catálogo

Nº do Item * Tipo de Item * Código do Item * Descrição do Item

1

Serviço

16691

Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

1248 Caracteres Disponíveis

☐ Item Sustentável ⓘ

* Quantidade

Valor Total (R\$)

1

561,38

Fornecedor

Marca

Fabricante

Tipo Fornecedor

CPF/CNPJ

Nome/Razão Social

Pessoa Jurídica

05.926.726/0001-73

MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Salvar Item

Adicionar Item

Excluir Item

Item Anterior

Ir para o Item: 1

Ir

Próximo Item

Dispensa

Itens

Pesquisa de Preço de Mercado

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

Divulgação de Compras

Ministério da
Economia

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Dispensa Eletrônica

16/06/2023 10:48:59

Pedido de Cotação Eletrônica

Órgão

25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

UASG Responsável

170131 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - SP

* Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação ▼

* N° da Compra

00048

* Ano da Compra

2023 ▼

* Lei

Lei nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos) ▼

* Artigo

Art. 24º ▼

* Inciso

XI ▼

Percentual de enquadramento da instituição 10 %

* N° do Processo

10880103386201914

* Valor Total da Compra (R\$)

561,38 ⓘ

* Quantidade de Itens

1

Total de Itens Incluídos

1

* Objeto

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 - Luz/São Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital nº 05/2020

54 Caracteres Disponíveis

* Fundamento Legal

Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

87 Caracteres Disponíveis

* Justificativa da Compra sem Licitação

Contratação de remanescente pregão 20-2020

81 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

* Data do Reconhecimento

16/06/2023 ⓘ

* CPF do Responsável

884.629.199-91 ⓘ

* Nome

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS

* Função

Gerente /drl/sra-sp

Ratificação da Compra

Data da Ratificação

ⓘ

CPF do Responsável

ⓘ

Nome

Função

Publicação da Compra

Data da Publicação

ⓘ

CPF do Responsável

023.186.188-52 ⓘ

Nome

WAGNER FABRI

Função

Eqcop/sisup/drl/sra-sp



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão Corporativa
Superintendência Regional de Administração no Estado de São Paulo
Divisão de Recursos Logísticos
Serviço de Suprimentos
Compras

DESPACHO

Processo nº 10880.103386/2019-14

Senhora Chefe,

De acordo com a solicitação **SEI nº 34544923**, elaboramos a Dispensa de Licitação 048-2023 SEI nº 34909628, cujo objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, nos sistemas de transporte vertical em 04 (quatro) escadas rolantes, instalados no Edifício Sede do Ministério da Economia, localizado na Av. Prestes Maia, 733 – Luz/São Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital nº 05/2020 - no valor de **R\$ 561,38**, empresa vencedora - **MODULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA - CNPJ 05.926.726/0001-73**.

Wagner Fabri

Chefe Substituto da EQCOP/SISUP/DRL/SRA-SP

De acordo.

Encaminhe-se ao SISUP/DRL/SRA/SP

De acordo.

Proponho a homologação da presente Dispensa de Licitação em favor da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA - CNPJ 05.926.726/0001-73**.

Margarete Pereira

Chefe do SISUP/DRL/SRA-SP

De acordo.

Homologo a Dispensa de Licitação em favor da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA - CNPJ 05.926.726/0001-73**.

Encaminhe-se ao SEOFI para emissão de nota de empenho.

São Paulo, 16 de junho de 2023.

Edson Carlos Oda dos Santos

Gerente-DRL-SRA-SP

Documento assinado eletronicamente por **Wagner Fabri, Agente Administrativo**, em 16/06/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Pereira, Chefe(a) de Serviço**, em 16/06/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Carlos Oda dos Santos, Gerente de Recursos Logísticos**, em 16/06/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34904741** e o código CRC **4A42913F**.

Referência: Processo nº 10880.103386/2019-14.

SEI nº 34904741

Data e hora da consulta: 16/06/2023 16:44

Usuário: ***.621.658-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

| Código | Nome | Moeda |
|--------------------|---|----------------------------------|
| 170131 | SUPERINTENDÊNCIA REG. ADM. DO MGI - SÃO PAULO | REAL - (R\$) |
| CNPJ | Endereço | CEP |
| 00.489.828/0077-53 | AV. PRESTES MAIA, 733 - 16.ANDAR,SALA 1607 | 01031-001 |
| Município | UF | Telefone |
| SAO PAULO | SP | (0XX) (11) 2113-2707 E 2113-2593 |

| Ano | Tipo | Número |
|------|------|--------|
| 2023 | NE | 632 |

Célula Orçamentária

| Esfera | PTRES | Fonte de Recurso | Natureza da Despesa | UGR | Plano Interno |
|--------|--------|------------------|---------------------|--------|---------------|
| 1 | 225040 | 1000000000 | 339039 | 170131 | 46200039131 |

| Data de Emissão | Tipo | Processo | Taxa de Câmbio | Valor |
|-----------------|------------|----------------------|----------------|--------|
| 16/06/2023 | Estimativo | 10880.103386/2019-14 | 0,0000 | 561,38 |

Favorecido

| Código | Nome | CEP |
|----------------------------|--|-----------|
| 05.926.726/0001-73 | MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA | 70632-200 |
| Endereço | | |
| SETOR DE ARMAZENAGEM E 980 | PARTE B SAAN | |
| Município | UF | Telefone |
| BRASILIA | DF | |

Amparo Legal

| Código | Modalidade de Licitação | | | | |
|------------------|-------------------------|-----------|--------|--------|--|
| 20 | DISPENSA DE LICITACAO | | | | |
| Ato Normativo | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea | |
| LEI 8.666 / 1993 | 24 | - | XI | - | |

Descrição

EMPENHO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM COBERTURA DE PEÇAS, EM 04 (QUATRO) ESCADAS ROLANTES DO EDIFÍCIO SEDE DO MGI/SRA/SP. EXERCÍCIO 2023. PROCESSO SEI ORIGEM 10880.103386/2019-14

Local da Entrega

SAO PAULO

Informação Complementar

17013106000482023 - UASG Minuta: 170131

Sistema de Origem

COMPASNET-ME

| Versão | Data/Hora | Operação |
|--------|---------------------|-----------|
| 002 | 16/06/2023 16:41:24 | Alteração |

Data e hora da consulta: 16/06/2023 16:44

Usuário: ***.621.658-**

Impressão Completa

Nota de Empenho**Lista de Itens**

| Natureza de Despesa | Total da Lista |
|--|----------------|
| 339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC | 561,38 |

Subelemento 16 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS

| Seq. | Descrição | Valor do Item |
|------|---|---------------|
| 001 | Item compra: 00001 - Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante | 561,38 |

| Data | Operação | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------------|----------|------------|----------------|-------------|
| 16/06/2023 | Inclusão | 1,00000 | 561,3800 | 561,38 |

Assinaturas**Ordenador de Despesa**

EDSON CARLOS ODA DOS SANTOS

***.629.199-**

16/06/2023 16:41:24

Gestor Financeiro

ALCIDES LUIZ DA SILVA

***.445.698-**

16/06/2023 15:58:13